

Desenvolvimento Econômico, Capital Social e Qualidade de Vida em Porto Alegre/RS

Simone Piletti Viscarra (UFRGS)

RESUMO: *O objetivo deste artigo é analisar por meio de dados empíricos a importância do conceito de capital social para a compreensão do bem estar dos moradores da cidade de Porto Alegre/RS. Tal investigação se estrutura sobre o pressuposto de que para a compreensão da qualidade de vida de uma localidade dados subjetivos e de avaliação são tão importante quanto os dados econômicos. Para tal, se utilizou uma metodologia quantitativa que teve como principal técnica de análise uma forma superior de regressão conhecida como análise de trajetória. Dessa forma, permitindo mapear a direção e os efeitos que variáveis como participação e confiança, indicadores de capital social, possuem sobre o sentimento de bem estar dos moradores dessa região.*

PALAVRAS CHAVES: *Capital Social, participação e qualidade de vida.*

ABSTRACT: *The objective of this article is to examine the empirical importance of the concept of social capital for understanding the welfare of the residents of Porto Alegre/RS/Brazil. This research is structured on the assumption that for understanding the people's quality of life is necessary to include a subjective data evaluation as so important as economic information. To this end, we used a quantitative methodology in which the main technique is a superior form of regression known as path analysis. Thereby, enabling to map the direction and the effects that variables such as trust and participation, indicators of social capital, have on the feeling of well being of residents of this region.*

KEY WORDS: *Social Capital, participation, quality of life.*

Introdução

Estudos relacionados à qualidade de vida sempre estiveram presentes em trabalhos e pesquisas nas Ciências Humanas. Entretanto, um dos fenômenos mais significativos nessa área ocorreu nas últimas décadas com a introdução de variáveis subjetivas ao debate.

A introdução da metodologia que valoriza aspectos avaliativos e subjetivos do cidadão para estudos sobre qualidade de vida permeia tanto a esfera acadêmica como a governamental como pode ser observado desde a década de 1970 nos Estados Unidos (CAMPBELL, CONVERSE e RODGER, 1976) e posteriormente em diversas partes do mundo (NUSSBAUM e SEN, 1988). Assim, este *paper* defende a necessidade de complexificação metodológica em estudos sobre essa temática, por meio da complementaridade entre dados econômicos e não econômicos.

Considerando as modificações metodológicas e conceituais ocorridas nas últimas décadas, e sua disseminação dentro e fora do mundo acadêmico, é que se justifica a materialização deste artigo, cujo objetivo central é compreender como dados não econômicos podem auxiliar na compreensão da qualidade de vida. Realizando um recorte para a Ciência Política será considerado o conceito de capital social, e seus indicadores de confiança e participação, para investigar como tais variáveis podem auxiliar no estudo sobre o bem estar. Isso porque a definição do capital social é compreendida como variável colaborativa para a manutenção e o aparecimento de redes sociais baseadas na confiança, na reciprocidade e no associativismo, que permitem observar a relação dos cidadãos com suas esferas políticas e demais membros da sociedade. Assim, estabelecendo um sentido de direção entre as relações

sociais, institucionais e o sentimento de bem estar, que deve ser caracterizado com base nos aspectos particulares de cada região.

Adicionalmente à discussão teórica sobre os conceitos e abordagens que dão sustentação a essa perspectiva optou-se para este trabalho empregar uma metodologia de natureza empírica. Isto só foi possível devido à disponibilidade dos bancos de dados fornecidos pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL/UFRGS, 2005-2006), uma vez que a *survey* por eles realizada considerava variáveis atitudinais, avaliativas e comportamentais dos respondentes sobre sua vida diária, confiança e participação. A principal técnica de análise empregada para examinar estes dados foi a de análise de trajetória¹, conforme o modelo proposto por Bryman e Cramer (2005), que permite verificar a existência de correlação entre as variáveis de capital social e qualidade de vida escolhidas.

Complementarmente também foram analisados os dados oficiais do RS disponibilizados pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser² (FEE) nos seus relatórios sobre Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE³) durante os anos de 2004 a 2006. A finalidade

¹ Segundo Asher (1976), essa técnica permite evidenciar a relação entre duas ou mais variáveis, sendo uma prova da causalidade entre essas e permitindo ao pesquisador fazer afirmações descritivas e inferenciais sobre a realidade investigada. Nesse modelo, a diagramação das relações entre as variáveis tem sua estrutura e sentido, definidas pelo pesquisador com base no referencial teórico usado, onde o objetivo é proporcionar estimativas quantitativas sobre as conexões entre um conjunto de variáveis empíricas através de diversos caminhos, *path diagram* (BRYMAN e CRAMER, 2005).

² <http://www.fee.tche.br/sitefee/>.

³ “O IDESE (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e Saúde. O IDESE varia de zero a um e, permite classificar Estado, municípios ou COREDES em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).” (FEE, 2008, <http://www.fee.tche.br/sitefee/>).

de se empregar os dados agregados da FEE e compará-los com as informações empíricas disponibilizadas é seguir a linha de análise proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), que sugere a complementaridade entre as dimensões econômicas e não econômicas, para obtenção de uma avaliação aprofundada da qualidade de vida de uma sociedade. Dessa forma, poder-se-ia observar a diferença entre o que é oferecido às pessoas, o que é descrito pelos órgãos oficiais e o que é percebido pelos cidadãos. E, então, verificar, ou não, a hipótese central deste *paper* de que dados puramente econômicos por si só não permitem descrever de maneira aprofundada o bem estar e a qualidade de vida de uma população.

Capital social e qualidade de vida

Um dos primeiros trabalhos nas ciências humanas a considerar variáveis subjetivas como importantes para a compreensão da qualidade de vida foi realizado por Campbell, Converse e Rodger (1976), intitulado *The quality of American life*. A pesquisa que deu origem a essa obra⁴ teve apoio tanto do governo norte-americano quanto de cientistas sociais que questionavam a forma como a mensuração da qualidade de vida dos cidadãos estava sendo operacionalizada, na medida em que as análises até então existentes priorizavam dados puramente econômicos e, sobretudo, os que diziam respeito ao poder de consumo da população. E, segundo Campbell, Converse e Rodger (1976), as dimensões econômicas utilizadas em tais pesquisas não permitiam avaliar a qualidade de vida da

⁴ Esses autores utilizaram como base os dados provenientes das pesquisas realizadas pela Russel Sage Foundation, de 1967.

sociedade, pois não refletiam o sentimento de bem estar das pessoas, sendo essencial agregar variáveis psicológicas e avaliativas ao debate.

Complementarmente a essa argumentação, doze anos mais tarde, a obra *Quality of life*, de Nussbaum e Sen (1988), define quais são os tipos de informações que possuem maior utilidade para avaliar a qualidade de vida das pessoas, questionando o emprego de apenas dados econômicos para tal. Nessa obra, os autores defendem uma mensuração mais complexa da qualidade de vida dos cidadãos, ressaltando a importância do emprego de dados econômicos⁵ concomitantemente com informações acerca das percepções das pessoas sobre seu cotidiano. Como por exemplo, a forma como elas estruturam suas relações sociais com sua família, demais membros da sociedade, e as emoções e sentimentos que nutrem em relação às esferas - social e política.

Na Ciência Política norte-americana, essa mudança é observada no incentivo à produção de pesquisas que tivessem como objetivo esclarecer a relação entre seres humanos, instituições e processos políticos e é nesse contexto que Almond e Verba (1963) publicam seu trabalho *The civic culture*.

Com o objetivo de pesquisar a estabilidade democrática sob uma ótica comparada que valorize os aspectos culturais das sociedades os autores atribuem importância aos valores relacionados à existência de símbolos que fortalecem a orientação afetiva das pessoas e o apego ao sistema político como um todo. O princípio defendido é o de estabelecer o consenso de que a cultura política de uma sociedade contribui para a compreensão da estabilidade dos sistemas políticos. As conclusões de Almond e Verba não diminuem a importância das instituições, mas

⁵ Como por exemplo, os de expectativa de vida das pessoas, serviços públicos de saúde, educação e saneamento.

postulam a inclusão de orientações cognitivas, afetivas e avaliativas dos sujeitos sociais, como elemento complementar necessário nos estudos de Ciência Política.

A realidade da década de 1960, que teve como pano de fundo o desenvolvimento de estudos culturalistas e a defesa por uma compressão da qualidade de vida que agregasse dados não econômicos, incentivou a disseminação de pesquisas de opinião que levassem em consideração aspectos particulares da vida dos sujeitos sociais. E entre os estudos de Ciência Política produzidos com base nos argumentos culturalistas da época, destacam-se aqueles que empregam o conceito de capital social como, por exemplo, o trabalho de Robert Putnam, em seu livro *Comunidade e democracia na Itália Moderna*, publicado em 1993. Nessa obra, o autor estuda a influência das variáveis de confiança, solidariedade, associativismo e o compartilhamento de normas e valores coletivos para o desenvolvimento político. O emprego desses indicadores conceitualiza o capital social como uma forma de associação pautada na participação e na confiança interpessoal que, quando presentes entre os indivíduos de uma comunidade, aumentam sua eficiência no grupo social e incidem nas suas esferas, política e econômica.

Uma das justificativas para a disseminação do capital social, dentro e fora da esfera acadêmica nos anos que seguem, está no fato do conceito incluir na sua definição o reconhecimento dos sentimentos subjetivos de avaliação dos atores sociais como significativos para a compreensão das relações sociais. Nesse sentido, sua abordagem e seus indicadores tornam-se úteis para o entendimento da qualidade de vida, uma vez que sua operacionalização facilita a promoção de ações voltadas a melhorias sociais e econômicas, como afirmam Durston (1999) e Ostrom (1999), quando demonstram empiricamente como a existência de estoques

positivos desse pode auxiliar para que os cidadãos atinjam seus objetivos e superem dificuldades de forma coletiva.

Mais recentemente, Becchetti et alli (2009), empregando dados empíricos sobre a existência de capital social, enfatizam a necessidade de ampliar o debate sobre sua utilização. Uma vez que entre os resultados encontrados pelos autores está a relação entre a importância de bens não relacionais (*relational goods*) nos sentimentos de felicidade e satisfação dos indivíduos. Dessa maneira, Becchetti et alli (2009), contestam o emprego do indicador GDP (*Gross Domestic Product*), em português, Produto Interno Bruto, como único quesito para avaliação da qualidade de vida de uma sociedade. Isto porque, tal indicador não considera os valores que os indivíduos atribuem a pontos da sua vida como: tempo livre, trabalho voluntário, participação em grupos, organizações, lazer, entre outros. Segundo eles, a significância de tais aspectos para a compreensão da qualidade de vida se deve ao fato da sociedade atual caminhar em direção a uma não instrumentalidade de suas relações sociais. Assim, reconhece-se que apenas bens materiais ou de mercado não são suficientes para avançar e promover o bem estar. Sendo indispensável, portanto, atribuir valor à influência causada por políticas públicas que promovem a disponibilização de espaços para interação social, feriados, regulamentação das horas de trabalho e a relação que as pessoas estabelecem com os demais membros do seu grupo e instituições. E é com base nesse pressuposto, que a mensuração do bem estar de uma sociedade surge como um reflexo da avaliação que as pessoas fazem da sua qualidade de vida num todo.

Outros autores que discorrem a respeito da relação entre os indicadores de capital social, como participação em grupos ou

associações, confiança interpessoal e institucional, e o sentimento de felicidade das pessoas, são Bartolini, Bilancini e Sarracino (2009) com base numa pesquisa realizada em onze países buscando compreender se a presença de capital social promovia ou influenciava na felicidade das pessoas. Entre os resultados encontrados nesse estudo, está o fato da presença de confiança interpessoal, institucional e a participação das pessoas em ações coletivas refletir positivamente no sentimento de felicidade dos moradores de dez das onze regiões pesquisadas⁶.

Em outras palavras Higgins (2005) explica o uso do conceito capital social nas ciências sociais adquiriu ênfase em virtude de dois pontos. O primeiro, por surgir como uma alternativa ao individualismo criado após o Consenso de Washington, passando a perceber os avanços sociais e econômicos em decorrência de ações coletivas. E o segundo, devido à emergência da teoria culturalista desenvolvida por Almond e Verba na década de 1960. Em relação ao primeiro ponto o autor enfatiza que as políticas elaboradas pelo chamado Consenso de Washington (final da década de 1980 e início da década de 1990) não atingiram seus objetivos específicos de promover e incentivar medidas que estimulassem e contribuíssem para um desenvolvimento justo e equitativo, assim, não resultando em melhorias substanciais para as pessoas envolvidas.

A razão que justifica o aparecimento do emprego do capital social vinculado à vertente culturalista, e a década de 1960, é a compreensão de mundo defendida por esta perspectiva, que tinha como objetivo incluir nas análises sobre sociedade e desenvolvimento um contraponto à visão defendida pela teoria da modernização. Essa teoria, nas palavras de

⁶ O único país que apresentou uma diminuição nos níveis de capital social no período de 1980-2000 foi a Grã-Bretanha.

Lipset; Seong; Torres, (1993), define o caminho para a superação das desigualdades sociais e econômicas como algo endógeno ou linear, onde o desenvolvimento econômico seria o motor para a superação dos problemas. Tal linha de análise postula a promoção de políticas econômicas liberais e uma diminuição da capacidade de influência do Estado sobre a arena econômica (medidas pós-consenso de Washington), privilegiando o individualismo mercantil, e não reconhecendo as ações dos atores sociais como significativas para a estruturação e alteração de políticas de amplo alcance.

Outro argumento que questiona a validade da teoria modernista se estabelece em relação aos seus limites analíticos, principalmente em relação ao aparecimento das experiências comunitaristas nos anos de 1970, que alavancaram o desenvolvimento socioeconômico via processos e características culturais até então desconsideradas por muitos pesquisadores sociais. Exemplos dessa natureza são encontrados no caso de Villa el Salvador no Peru, nas Feiras de Consumo Familiar na Venezuela (KLIKBERG, 2000), e mais recentemente na cidade de Pintadas no nordeste brasileiro (MILANI, 2004) e no programa de irrigação em áreas rurais do Nepal (OSTROM, 1999). Tais experiências refletem a importância que alternativas comunitárias podem exercer na busca pela superação das desigualdades sociais e econômicas, principalmente por meio da existência de estoques positivos de capital social.

Em relação à definição do conceito de capital social este artigo emprega aquela definida por Robert Putnam no estudo “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna”. Entre os resultados encontrados pelo autor está a constatação da existência de uma

"comunidade cívica", que na perspectiva de Almond (1963) está relacionada ao potencial de apoio das pessoas de uma localidade a ações coletivas baseadas na confiança interpessoal, é proveniente de duas fontes principais: reciprocidade e participação cívica. Dessa maneira, Putnam propõe uma superação da premissa da escolha racional e da teoria dos jogos, afirmando ser o capital social e seus indicadores a chave para a ação coletiva, dentro de uma lógica não individualista onde o ator social está em busca de objetivos comuns.

A visão não individualista de Putnam diferencia seus trabalhos daqueles desenvolvidos por Coleman (1990) e Bourdieu (1986), pois não define o capital social como uma propriedade particular do indivíduo. Outra característica do trabalho do autor é que ele não pressupõe a divisão da sociedade por classe ou *status* de acordo com o acúmulo de capital adquirido por cada indivíduo (BOURDIEU, 1996), mas como algo coletivo. Para Putnam, capital social serve de chave para a compreensão das formas de participação e engajamento político dos cidadãos, ações essas que influenciam no desempenho das instituições políticas. Putnam utiliza indicadores de confiança, reciprocidade e normas compartilhadas, consideradas por ele reguladores do convívio social e das redes de associativismo, para mensurar a existência de estoques de capital social. Pois para ele esses elementos atuam como facilitadores na promoção de organizações sociais com laços horizontais, organizações verticais em contextos coletivos e estabelecendo uma equação causal para a construção de um Estado efetivo. Segundo o autor, isso ocorre porque uma comunidade *abençoada* por estoques positivos de capital social incita a reciprocidade e facilita o surgimento da confiança, fatores que incidem diretamente sobre a estrutura e a cultura política de uma sociedade, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico mais

equitativo (PUTNAM, 1993). E é com base nos trabalhos sobre capital social de Putnam que se considera o conceito como um “patrimônio não visível” (HIGGINS, 2005, p. 29) que oferece vantagens individuais às pessoas e emerge como um bem comunitário⁷.

Posteriormente ao trabalho de Putnam, nas décadas de 1980 e 1990, o capital social se destaca nos trabalhos de autores como: Fukuyama (1996), Durston (2002 e 2006) e Woolcock (2001), além do seu emprego em pesquisas específicas como as desenvolvidas por Ostrom no Nepal (1999) e em trabalhos financiados por instituições como Banco Mundial (1998).

Nos trabalhos de Fukuyama (1996), o capital social é visto como um conjunto de valores ou normas informais que, quando compartilhadas por membros da mesma sociedade incentivam a cooperação e o alcance de objetivos comuns. Dessa forma, o termo se constitui como um incentivo à cooperação entre indivíduos, melhorando a eficiência econômica da localidade em questão e ampliando a relação das pessoas com suas instituições. Cabe salientar que isso não anula a importância de leis, contratos e de uma racionalidade econômica que esta enraizada na vida social dos indivíduos, não podendo ser compreendida fora do contexto dos costumes, princípios morais e hábitos que moldam o comportamento humano, compondo o que o autor chama de virtudes sociais (FUKUYAMA, 1996). Isso porque, segundo essa perspectiva, antes da geração de riquezas, as pessoas devem compreender a importância do trabalho conjunto para a obtenção da prosperidade em nível econômico, social e político.

⁷ Uma síntese das diferenças conceituais entre esses autores é realizada por Portes, A. *Social Capital: its origins and applications in modern sociology* Annual Review of Sociology, no. 24:1-24, 1998.

Numa perspectiva mais estrutural, encontrada nas pesquisas desenvolvidas por Durston (2002 e 2006), está a afirmação de que relações sociais promovidas com base em características promovidas pela cultura compartilhada, como confiança, reciprocidade e cooperação, proporcionam benefícios a todos os cidadãos relacionados. Adicionalmente a essa afirmação, Durston introduz ao debate a importância que as instituições e organizações exercem na promoção dessas características compartilhadas, uma vez que a esfera institucional facilita a redução dos custos de transação, produção de bens públicos e na organização de bases sociais efetivas, pois, ao contrário dos homens, que vem e vão, as instituições permanecem (DURSTON, 1999).

Considerando esses argumentos utiliza-se o pensamento de Stiglitz (1999) e Ostrom (1999) para resumir a definição de capital social como um conhecimento tácito que produz: coesão social; redes de relacionamento; redução dos custos de produção e aspectos organizacionais que facilitam a administração, o comando, práticas laborais, a resolução de conflitos, assim facilitando o desenvolvimento. Uma vez que esse inclui na sua definição variáveis subjetivas que coletam informações sobre a avaliação das pessoas sobre as esferas que compõem sua vida cotidiana, como por exemplo de confiança interpessoal e confiança institucional. Ambas necessárias para a existência de níveis positivos de participação, solidariedade e reciprocidade entre os indivíduos.

Com o propósito de definir o segundo conceito empregado, de bem estar, destacam-se os trabalhos que compreendem a mensuração da qualidade de vida sob uma ótica não essencialmente economicista onde indicadores instrumentais, como renda per capita e índices de desenvolvimento, não servem como únicas variáveis explicativas do bem

estar dos cidadãos, mas que também considerem a avaliação que os sujeitos sociais fazem do seu mundo cotidiano (MAYRAZ, WAGNER, SCHUPP, 2009).

Para ilustrar a introdução de tais variáveis avaliativas e subjetivas ao debate Herculano (2000) descreve a historicidade da mensuração da qualidade de vida considerando quatro datas principais. A primeira, em 1947, quando se dissemina o emprego da medição do PIB (Produto Interno Bruto ou GDP- *Gross Domestic Product* em inglês) para a análise do desenvolvimento socioeconômico e, assim, da qualidade de vida das pessoas. A segunda, em 1960, quando se incluem no debate indicadores sociais para descrever as atividades econômicas de uma região (PIB). A terceira, e mais importante, em 1985, quando é realizado o seminário em Helsinki com o *World Institute for Development Economics Research* (WIDER) das Nações Unidas. A importância do evento se justifica pelo fato de ter aberto espaço para a discussão de temas que mais tarde Nussbaum e Sen (1988) utilizariam para a publicação da sua obra *Quality of life*. E mais recentemente, no ano de 1990, quando o PIB ganha novos indicadores, como, por exemplo, qualidade dos serviços de saúde, educação, anos de escolaridade e longevidade das pessoas, assim, conquistando mais espaço nas pesquisas de qualidade de vida como IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Podendo-se, então, perceber que gradativamente nas últimas décadas a mensuração da qualidade de vida das pessoas passa a ser completada com dados que consideram aspectos sociais mais pontuais sobre a vida dos sujeitos pesquisados. No entanto, tais abordagens ainda não incluem no seu escopo os valores subjetivos de avaliação das pessoas em relação ao mundo onde vivem. Dessa maneira, não alcançando os

pressupostos que defendem a complementaridade entre dados econômicos e subjetivos como defendido na obra organizada por Sen e Nussbaum (1988).

A dimensão que incorpora valores subjetivos como relevantes para compreender o bem estar das sociedades deriva da filosofia utilitarista do século XVIII, cujo objetivo é “encontrar caminhos de promoção da felicidade de cada indivíduo” (BAQUERO, 2007, p. 163). Essa perspectiva ganha evidência nos séculos XX e XXI, quando a medição do bem estar passa a ser realizada com base nos sentimentos pessoais de cada cidadão. Dessa maneira, se propõe a superação do estudo do desenvolvimento do bem estar sob uma ótica estritamente econômica e instrumental, chegando a uma forma mais plena, composta por uma diversidade maior de elementos avaliativos do comportamento humano. Uma variável que exemplifica essa relação é a satisfação das pessoas que se configura como um composto que ultrapassa a esfera material e reconhece como importantes os interesses não tangíveis dos seres humanos.

Tal perspectiva adquire respaldo em anos mais recentes, com base na explicação de Schwartzman (1993), ao argumentar que a questão nos dias atuais é reconhecer o sistema econômico como algo que precisa crescer, porém, com os olhos voltados para a questão social, onde a qualidade de vida implique numa noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social que incorpore indicadores sociais⁸ à percepção dos cidadãos. Assim, reconhecendo a significância dos

⁸ Ver Schwartzman em Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. Texto preparado para o "Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social", Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública, 3 a 5 de setembro de 1973. Publicado em *Revista de Ciências Sociais* (Fortaleza) v. 5, n. 2, 1974. p. 101-111.

sentimentos que as pessoas nutrem em relação às esferas que compõem a sua vida social, política e econômica, da mesma forma que permite o melhor direcionamento de políticas públicas e sociais de acordo com as necessidades da população. Essa valorização das sensações/sentimentos que as pessoas possuem sobre sua vida converge em direção ao argumento defendido por Inglehart e Welzel (2003), para quem tais dados subjetivos de avaliação permitem compreender o bem estar orientado para a promoção da qualidade de vida refletindo uma ordem moral, que remete à valorização das pessoas em relação aos governos, sociedades e outras instituições da sociedade civil, como afirma Baquero (2006).

Em concordância com essa perspectiva Sen e Nussbaum (1988) afirmam que o julgamento que as pessoas fazem sobre as esferas que compõem sua vida cotidiana pode ser percebida empregando as dimensões de felicidade e satisfação, que Baquero (2007) complementa incorporando as variáveis de confiança e realização das pessoas com sua sociedade, cuja justificativa se deve ao fato que essas sensações refletem os julgamentos que as pessoas fazem do mundo onde vivem englobando informações sobre desenvolvimento humano e econômico. Nessa direção, Herculano (2000) defende que a concepção de bem estar nos moldes formulados por esses autores é fundamental para a mensuração da qualidade de vida, pois amplia o debate agregando valores de bem estar individual dos cidadãos, ambientais e de desenvolvimento econômico. Da mesma maneira que essas sensações englobam o julgamento dos cidadãos quanto às esferas econômica, social, cultural e política, assim como a capacidade desses mesmos cidadãos em realizar suas vontades, potencialidades, terem acesso a bens, informações e a sua

relação com os demais membros e com as instituições da sua sociedade (HERCULANO, 2000).

Em artigo recente, outro autor que defende a inclusão de valores subjetivos para compreensão da qualidade de vida é Giannetti (2002), pois a qualidade de vida precisa ser compreendida como um composto das variáveis que compõem a dimensão de bem estar e de dados instrumentais/econômicos. Conforme atualmente empregada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), ao relacionar a satisfação individual, o bem estar físico, material, mental, espiritual e social das pessoas à qualidade de vida como um todo.

De acordo com o documento da WHOQOL (*World Health Organization Quality Of Life Group*, 1998) o posicionamento da OMS foi utilizado pela primeira vez no ano de 1964, pelo então presidente norte-americano Lyndon Johnson, ao afirmar que para se medir o alcance de “objetivos” é preciso ir além dos dados apresentados pelas instituições bancárias (dados estritamente econômicos) e considerar aspectos como as avaliações que as pessoas fazem desses “objetivos”.

Na mesma linha de pensamento, Seidl & Zannon (2004) defendem a mensuração da qualidade de vida subjetiva das pessoas por meio de estudos empíricos, onde a menor distância entre a expectativa individual e a realidade reflete o maior bem estar das pessoas (MARQUES, 2007; WHOQOL, 1998). Desse modo, aborda-se o bem estar de um grupo social pela forma como seus membros vêem e interagem com as esferas que constituem a sua vida diária como, por exemplo, em relação à sua satisfação pessoal sobre serviços que lhe são oferecidos, pois esse tipo de perspectiva permite ao indivíduo relatar suas expectativas, satisfações e bem estar (FRANKEN, 2007).

E é considerando a importância de esferas não materiais para a compreensão do bem estar, e este como um reflexo da qualidade de vida, que se torna empregada a dimensão de bem estar como a variável endógena do artigo, e de modo similar ao empregado por Baquero (2007) para quem o conceito pode ser traduzido por meio dos sentimentos de felicidade, confiança, satisfação e realização. Tal definição possibilita estabelecer um vínculo entre o capital social e a qualidade de vida, uma vez que a forma de mensuração utilizada nos *surveys* (NUPESAL 2005-2006) converge com o modelo utilizado por Campbell, Converse e Rodger em 1976.

Realizando uma análise mais pontual sobre a relação entre capital social e bem estar, destacam-se os estudos da Escola de Saúde Pública de Harvard (1997), que constatou que a presença de confiança em relações interpessoais aumenta a expectativa de vida das pessoas. Nessa linha de análise, defende-se a ideia de que para se promover uma saúde de qualidade é necessária a existência de uma base social consciente, onde o capital social atue como um facilitador de ações coletivas. Como também é constatado por Milani (2004) quando estuda a formação da *rede pintadas* no Nordeste brasileiro.

Na ciência política, outro estudo de destaque é realizado por Putnam e Helliwell (2004) sobre a inter-relação entre esses dados também evidenciam a relação positiva entre a presença de relações interpessoais com os sentimentos de bem estar. Os autores empregam o capital social como facilitador da construção e a manutenção de redes sociais e bem estar. Entre os resultados destacados por eles, com base nos dados disponibilizados pelo *World Values Survey*, está a existência de causalidade positiva entre renda, estabilidade no trabalho, família,

amigos, romances, saúde, confiança interpessoal e a existência de uma atmosfera comunitária e de bem estar. Em outras palavras, a presença de tais circunstâncias indica um maior grau de satisfação e felicidade entre as pessoas (HELLIWELL; PUTNAM, 2004).

Nessa direção, Woolcock (2001) defende que é a partir da década de 1990 que o desenvolvimento econômico passa a ser compreendido como algo que pode ser influenciado por aspectos sociais como as *formas pelas quais*⁹ as relações entre os cidadãos se estruturam e pelos seus mecanismos de produção e sociais. Nessa direção, torna-se necessário empregar variáveis que ultrapassem uma dimensão puramente econômica, tornando vital reconhecer a existência de quesitos de ordem social, institucional e cultural no auxílio e na distribuição das conquistas alcançadas, impactando diretamente no incremento qualitativo da qualidade de vida e do bem estar dos atores sociais de maneira coletiva (MILANI, 2004). Tal perspectiva torna pertinente incluir variáveis que indicam a existência de participação coletiva em grupos ou organizações como um reflexo da coesão social na população, cuja inclusão permite entender como os cidadãos interagem com sua realidade social, econômica e política, que pautada na teoria da cultura política, é fortificada quando existem estoques positivos de confiança e participação nesse local (BAQUERO, 2003).

Assim, a definição de bem estar aqui empregada diz respeito a uma relação saudável entre os cidadãos, instituições representativas e demais membros, uma vez que os sentimentos que as pessoas nutrem por essas esferas podem ser responsáveis por parte do bem estar das mesmas. Com isso, incluir confiança interpessoal e institucional como variáveis

⁹ Termo original em inglês: *way's of life* (Woolcock, 1997)

independentes na relação entre capital social e bem estar se torna profícuo, pois estas influenciam na forma como as pessoas estruturam suas relações e auxiliam na potencialização de ações que intensificam o sentimento de felicidade e/ou satisfação entre os sujeitos, seja como variável causal ou explicativa para o bem estar das pessoas (HELLIWELL, 2004, VEENHOVEN, 2008¹⁰, CAMPBELL, CONVERSE e RODGER, 1976).

Feitas essas considerações sobre os conceitos utilizados, a próxima seção discute a relação entre capital social e qualidade de vida na cidade Porto Alegre.

Capital social e bem estar em Porto Alegre

O objetivo de se realizar este estudo na cidade de Porto Alegre deriva de duas razões principais. A primeira, diz respeito a viabilidade da análise devido a disponibilidade de dados empíricos sobre o tema, NUPESAL 2005-2006, enquanto que a segunda se baseia nos dados oficiais da FEE (2004- 2006)¹¹ sobre a localidade onde se encontra a capital do Estado do RS e que leva em consideração a avaliação de quatro pontos: saúde, educação, renda e moradia. Iniciado a análise pela descrição dos dados oficiais a primeira tabela a ser apresentada diz

¹⁰ Desde 1984 esse autor se dedica a estudos sobre felicidade e bem estar. Para maiores detalhes ver Ruut Veenhoven em: <http://www2.eur.nl/fsw/research/veenhoven/> e <http://worlddatabaseofhappiness.eur.nl/>.

Nos seus estudos, o pesquisador desenvolve o argumento de que a felicidade, quando mensurada de forma subjetiva através de dados empíricos, é importante para a compreensão da qualidade de vida. Em uma de suas obras mais recentes o autor constata que o associativismo e a facilidade das pessoas em fazer amizades induzem a uma maior felicidade.

¹¹ Para maiores detalhes sobre a metodologia da FEE ver: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese_metodologia.php

respeito a como esses avaliam a qualidade de vida da localidade onde se encontra a capital do estado. O IDESE (índice de desenvolvimento socioeconômico) é um índice sintético que tem como inspiração o IDH e vem sendo empregado desde 1991 pelo estado do RS para classificar o nível de desenvolvimento que compõem as diferentes regiões do RS¹².

TABELA 1
Avaliação segundo o IDESE

		Metropolitano
2004	2º	0,793
2005	2º	0,803
2006	1º	0,804

Fonte: FEE, 2004-2006.

Observa-se que os dados divulgados pela FEE, apresentam um cenário de forte desenvolvimento econômico e social em Porto Alegre. Esses resultados possuem como explicação o fato da cidade possuir o 8º lugar em 2004 e 6º lugar em 2005 e 2006 para a educação, a 5ª melhor renda em 2004 que passa para o 2º lugar em 2005 e 2006 e o segundo melhor nível de saneamento/domicílio do RS durante todo o período estudado, ficando apenas o quesito saúde com uma avaliação baixa (19ª). Em outras palavras, é possível visualizar um panorama positivo em relação à qualidade de vida dos porto-alegrenses, mas que não consideram a avaliação que os próprios indivíduos fazem do seu bem estar.

A outra fonte de dados utilizada neste *paper* foi disponibilizada pelo Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL/UFRGS),

¹² Maiores informações sobre o IDESE em:
[//www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)

provenientes da pesquisa intitulada “Capital social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, uma pesquisa comparada em três cidades Latino Americanas: Porto Alegre, Montevideu e Santiago do Chile”, realizada em 2005 com o apoio da CNPq¹³. O banco resultante dessa *survey* compreende dados empíricos de: felicidade, satisfação, confiança e realização dos respondentes sobre sua vida diária e indicadores de capital social, o que permitiu a materialização deste estudo.

Para esse estudo tais variáveis foram agregadas em uma única dimensão de bem estar. A próxima Tabela apresenta os resultados obtidos:

TABELA 2
Índice de bem estar (%)

Metropolitano	
Alto	25,1
Médio	13,4
Baixo	61,5

Fonte: Nuposal 2005, 2006.
n: C. Metropolitano 510.

Os dados observados nesta tabela sugerem um panorama diferente daquele descrito pelos dados apresentados anteriormente, uma vez que mais de 60% dos entrevistados responderam negativamente as questões de felicidade, satisfação, realização e confiança na sociedade onde vivem. Desse modo indicando que apesar da esfera material e econômica

¹³ Embora o projeto tenha sido desenvolvido em três cidades latino-americanas esse *paper* leva em consideração apenas aqueles referentes à cidade de Porto Alegre. Em relação à metodologia utilizada na coleta essa contou com uma amostra não probabilística, mas paramétrica que respeitasse os parâmetros populacionais conforme divulgados pelo senso do IBGE no ano de 2000 (n=510) para POA. O nível de significância foi de 0,05. O emprego de uma amostragem paramétrica que respeitasse os parâmetros populacionais do IBGE para essa localidade é o que permite que os dados coletados possam ser usados de forma a espelhar o objeto de estudo.

estar entre as mais altas do RS essas não são suficientes para gerar uma atmosfera de bem estar entre a população.

Em outras palavras a comparação entre as informações disponibilizadas nos relatórios da FEE com os dados referentes à avaliação subjetiva dos sujeitos em relação à sociedade onde vivem, (NUPESAL, 2005, 2006) permite notar a existência de dois cenários. O primeiro, com base nos dados empíricos, que descreve a existência de baixos níveis de bem estar (NUPESAL 2006, 2007), enquanto de outro lado, os dados apresentado pela FEE ilustram uma situação inversa, indicando a qualidade de vida social e econômica da cidade como uma das mais bem desenvolvidas do RS.

Tal observação não minimiza a importância dos relatórios, mas ressaltam a diferença entre como esses visualizam a localidade e como as pessoas a percebem. Assim, a análise entre os dados subjetivos de avaliação dos respondentes e os dados econômicos agregados adquire significado e pertinência pelo fato de permitir complexificar o estudo acerca da qualidade de vida ao incluir as avaliações dos sujeitos sociais como objeto de análise. Isto porque os diferentes níveis de felicidade refletem o contentamento da vida das pessoas como um todo, considerando as avaliações que essas nutrem em relação aos valores materiais e não materiais que compõem seu mundo (CAMPBELL, CONVERSE; RODGER, 1976). Da mesma forma que a variável satisfação pode ser empregada como sinônimo das discrepâncias entre as aspirações das pessoas e aquilo que elas possuem, sendo um resultado da sua experiência diária (CAMPBELL, CONVERSE, RODGER, 1976).

Considerando o referencial teórico empregado as próximas análises se propõem a descrever o contexto de bem estar dos porto alegrenses em

relação a presença de estoques de capital social como: confiança interpessoal, confiança institucional e participação.

Em relação a confiança interpessoal foi constituído um índice com as questões de confiança na família, nos vizinhos e na sociedade em geral em um único fator¹⁴.

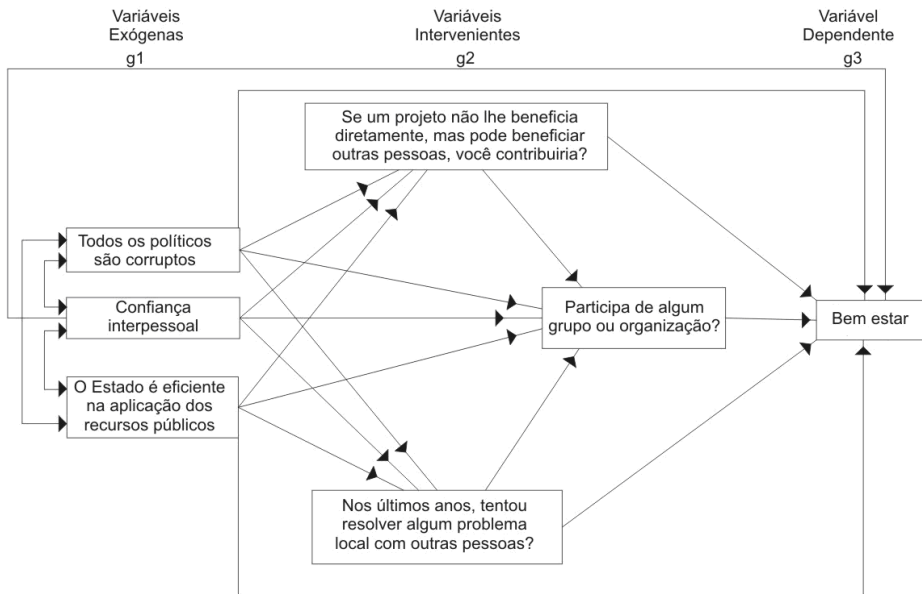
Por último, foram empregadas três questões referentes a presença de solidariedade, participação e associativismo. A primeira, questiona qual seria a reação do entrevistado caso fosse solicitado a participar em um projeto que não lhe traria benefícios diretos, mas sim a outras pessoas. A segunda, que interroga se no último ano o respondente auxiliou ativamente em algum projeto local com as demais pessoas. E por último, a terceira questão refere-se à participação ativa do entrevistado em algum grupo ou organização no período da aplicação do questionário¹⁵.

Considerando tais dados foi desenvolvido um modelo de trajetória que agregasse tais variáveis a teoria utilizada. Assim, assumindo o pressuposto de que os componentes e os indicadores de capital social empregados auxiliam na compreensão do sentimento de bem estar e, desse modo, na qualidade de vida das pessoas. O próximo quadro expõe o diagrama elaborado (*path diagram*) para a operacionalização do modelo de trajetória deste trabalho, onde as setas dispostas indicam a direção da relação a ser calculada.

¹⁴ A técnica de análise fatorial verifica o comportamento de uma variável, ou grupos de variáveis, em relação a outras, testando modelos de associação entre essas e servindo como procedimento estatístico para que se possa agrupar variáveis em um número menor de fatores sem que esses percam sua capacidade de interpretação e análise.

¹⁵ A porcentagem de respostas positivas para a primeira questão foi de 93,2%, para a segunda 28,9% e para a última 15,7%.

QUADRO 1 Modelo de trajetória¹⁶

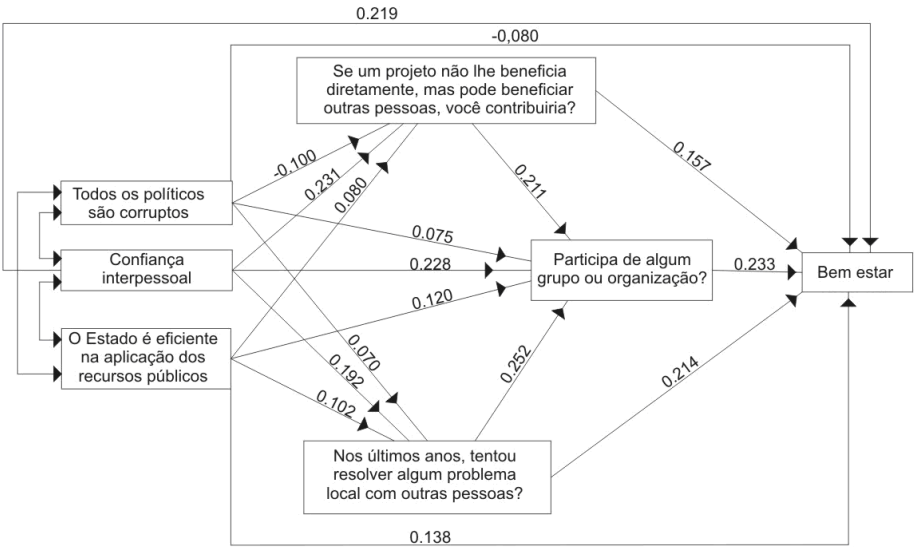


Fonte: Modelo elaborado pela autora

Conforme observado no Quadro acima, os dados empregados foram dispostos de maneira a ilustrar o modelo teórico proposto. Tal diagrama busca esclarecer teoricamente a relação causal entre os indicadores de confiança interpessoal e institucional (g1) e as variáveis de participação e solidariedade (g2), assim como a causalidade que esses dois grupos de variáveis exercem sobre o bem estar (g3). Os resultados calculados para cada caminho podem ser observados no próximo Quadro.

¹⁶ Ver anexo 1.

QUADRO 2
Modelo de trajetória calculado¹⁷



Fonte: Modelo elaborado pela autora com base nas pesquisas de percepção do NUPESAL 2005-2006.

Objetivando facilitar a leitura dos resultados, a próxima tabela apresenta os resultados totais de forma sintetizada¹⁸.

TABELA 3
Efeitos totais

Caminho percorrido do g1 ao g3.	Metropolitano
Confiança nas pessoas em geral	0,359
Confiança no Estado	0,182
Confiança nos políticos	-0,060

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

¹⁷ Ver anexo 2.

¹⁸ Para maiores detalhes ver apêndice B.

De acordo com esses resultados observa-se a região Metropolitana se configura por deter relações causais pouco significativas entre os indicadores de confiança institucional e partidária na dimensão de bem estar, mesmo quando consideradas as variáveis intervenientes de participação, que em todos os caminhos intensificou a relação. Considerando os resultados que dizem respeito aos efeitos totais percorridos dentre as variáveis exógenas à dependente, destaca-se o caminho entre a confiança interpessoal e o bem estar, com maior efeito de causalidade nas três localidades. Em outras palavras, é possível afirmar que a existência de estoques positivos de confiança interpessoal influencia no sentimento de bem estar dos entrevistados, principalmente quando consideradas as variáveis intervenientes de participação e solidariedade.

Utilizando os resultados calculados pelo modelo de trajetória desenhado, é possível evidenciar quais os indicadores que podem promover uma melhoria no sentimento de bem estar da população de porto alegre. Resultados que também incentivam a manutenção e a promoção de pesquisas que ampliem os estudos sobre qualidade de vida e bem estar principalmente por intermédio de variáveis subjetivas e avaliativas. Uma vez que foi constatada uma relação explicativa entre indicadores de capital social e a dimensão de bem estar.

Considerações Finais

Este artigo examinou a significância de variáveis indicadoras de capital social, tais como confiança interpessoal, confiança institucional, solidariedade, participação para a compreensão do bem estar subjetivo dos moradores da cidade de Porto Alegre, por meio de dados empíricos.

Tal estudo adquire respaldo por dois pontos principais. O primeiro, com base nos relatórios da FEE (2004-2006) sobre o desenvolvimento socioeconômico da região, que caracteriza Porto Alegre como a localidade mais bem desenvolvida do RS em termos de saneamento/moradia, saúde educação e renda, ao mesmo tempo em que mais de 60% dos moradores dessa localidade avaliam sua qualidade de vida como baixa. Assim, indicando uma dicotomia entre os dados socioeconômicos da FEE e os dados de avaliação subjetiva dos *surveys*, o que incentiva a necessidade de se aprofundar o exame da qualidade de vida das populações uma vez que dados puramente econômicos não descrevem o sentimento de bem estar das pessoas.

O segundo ponto que fornece subsídio à construção deste artigo são os pressupostos culturalistas desenvolvidos por autores como: Sen e Nussbaun (1988), Putnam (1993, 2000), Campbell, Converse, Rodger (1976), Veenhoven (2008), Bartolini, Bilancini e Sarracino (2009) entre outros, quando defendem a complementaridade entre informações econômicas não econômicas para a análise do bem estar. Assim, atribuído valor aos sentimentos de solidariedade, confiança interpessoal e institucional como significativos para o aumento do nível de satisfação, realização e felicidade das pessoas.

Em termos analíticos a relação entre capital social e bem estar foi realizada utilizando a técnica conhecida como modelo de trajetória, que permitiu a elaboração de um diagrama que ilustrasse a correlação entre as variáveis utilizadas com base na teoria empregada.

Entre os resultados provenientes dessa técnica está o fato do caminho entre a confiança interpessoal e de bem estar ter apresentado a relação causal mais elevada na localidade investigada. Assim, indicando

que a presença de estoques positivos de confiança interpessoal pode servir de explicativa para o bem estar das pessoas, uma vez que foram consideradas apenas as respostas positivas de confiança interpessoal dos respondentes. Enquanto que, os demais caminhos percorridos entre as variáveis exógenas até a dependente apresentaram resultados menos intensos, principalmente quando considerada a credibilidade dos cidadãos em seus representantes políticos. Dessa forma, indicando uma relação não causal entre a presença de confiança política e institucional com os sentimentos de felicidade, satisfação, realização e confiança das pessoas com a sociedade onde vivem.

Além dessas constatações, os resultados obtidos através da técnica utilizada indicam um cenário de baixo interesse político por parte dos porto-alegrenses, uma vez que essas informações pouco se relacionam com o sentimento de bem estar das pessoas. Em relação às demais variáveis, de participação e associativismo, a pesquisa captou que a predisposição dos entrevistados em participar em ações coletivas, aderir a ações comunitárias também são significativas para compreender o bem estar das pessoas. O que significa afirmar que quanto mais solidários e participativos os atores são, maiores as chances desses avaliarem positivamente seu bem estar. Uma vez que se observou que os sentimentos positivos de bem estar são intensificados pela presença de ações solidárias entre a população.

Dessa forma, os resultados encontrados vão em direção aos pressupostos que defendem que a qualidade de vida das pessoas não depende apenas de dados e informações econômicas, mas também informações subjetivas como aquelas presentes na teoria do capital social. Assim, reiterando a importância do conceito como fator explicativo, pois fornece ao pesquisador instrumentos mais eficazes e

substanciais para a elaboração de relatórios sobre a realidade estudada, da mesma maneira que gera subsídios para a materialização de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida de forma mais pontual.

Em outras palavras, é importante incentivar o reconhecimento de aspectos subjetivos e das relações sociais e políticas dos indivíduos para o entendimento de uma sociedade e para a promoção de melhorias sociais e econômicas, primando pelo desenvolvimento baseado na solidariedade, reciprocidade, cooperação e confiança (FARR, 2004). Nesse ponto, utiliza-se novamente as palavras de Woolcock (2001) quando sugere que o capital social não pode ser usado como variável explicativa única, pois isso seria uma versão hierarquizada das relações sociais. Uma vez que a constatação da hipótese de pesquisa formulada evidencia a importância de se ampliar a discussão sobre a qualidade de vida que considere os valores não materiais que constituem o cotidiano dos seres humanos.

Nesse contexto, os resultados incentivam a realização de futuras pesquisas que reconheçam as variáveis de avaliação subjetiva das pessoas como complementares aos dados econômicos e como facilitadores para o desenvolvimento social e econômico de uma localidade. Desse modo, abrindo espaço para a superação das limitações deste trabalho através da introdução de mais variáveis relacionadas ao conceito de capital social e de diferentes formas de compreensão da qualidade de vida, uma vez que os resultados aqui obtidos não definem, ou defendem, a promoção de estoques de capital social como requisitos únicos para o bem estar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. (1963), *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company.
- AMORIM, Maria Salete Souza. (2009), *Confiança e cultura política no Brasil e Paraguai*. Apresentação no Congresso da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), RJ, Brasil.
- BABBIE, Earl. (1999), *Métodos de pesquisa de Survey*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BAQUERO, Marcello. (2006), “A (des)institucionalização da desigualdade: capital social, empoderamento e democracia na América Latina”. *Relatório de pesquisa- Capital social e desenvolvimento sustentável na promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile*. Porto Alegre.
- BAQUERO, Marcello. (2007), *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BAQUERO, Marcello. (2003), “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”, *Revista de Sociologia. Política*, no. 21: 83-108.
- BARTOLINI, Stefano, BILANCINI, Ennio, SARRACINO, Francesco. (2009), “Sociability predict happiness: World Wide evidence from time series”, *Quaderni del Dipartimento di economia política*, no. 579:1-45. Disponível em: <http://www.econ-pol.unisi.it/quaderni/579.pdf>. Acesso: 23 out. 2009.
- BECCHETTI, Leonardo, GIACHIN, Ricca Elena, PELLONI, Alessandra. (2009), “On the Causal Impact of Relational Goods on Happiness”, *CEIS Working Paper*. Vergata University, no. 151. Disponível em: <http://www.ceistorvergata.it/repec/rpaper/RP151.pdf> . Acesso: 23 dez. 2009.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), “Le capital social: notes provisoires”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 31, Paris, Centro de Sociología Europea.
- BOURDIEU, Pierre. (1986), “The Forms of Capital”. in RICHARDSON, J. (org.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Nova York: Greenwood Press.
- CAMPBELL, Angus, CONVERSE, Philip E., RODGER, Willard L.

- (1976), *The quality of American life: perceptions, evaluations, and satisfactions*. Russell Sage Foundation.
- COLEMAN, James S. (1990), *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Mass. Harvard University Press.
- COLEMAN, James S. (1988), "Social Capital in the Creation of Human Capital", *American Journal of Sociology*, Chicago, vol. 94:95-120.
- DASGUPTA, Partha, SERAGELDIN, Ismail. (2000), "Economic progress and the idea of social capital", in: DASGUPTA, P., SERAGELDIN, I. (org.). *Social Capital: A Multifaceted Perspective*. Washington, DC, World Bank.
- DURSTON, John. (1999), "Construyendo capital social comunitario: una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala", *Serie Políticas Sociales*, Naciones Unidas Comisión Económica para América Latina Y El Caribe, Santiago de Chile, no. 30.
- DURSTON, John. (2002), "El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: diádas, equipos, puentes y escaleras", Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), *Publicación de las Naciones Unidas*, Santiago de Chile.
- DURSTON, John, LÓPEZ, Eduardo. (2006), "Capital social y gestión participativa en la cuenca de Pátzcuaro" in *Revista de la CEPAL*. no. 90:105-118.
- FARR, James. (2004), "Social capital: A conceptual history" *Political theory*, vol. 32, no. 1:6-33. Disponível em: [http://www.paunite.org/Resource/s/Social%20Capital%20-%20A%20Conceptual%20History%20\(Jim%20Farr%202004\).pdf](http://www.paunite.org/Resource/s/Social%20Capital%20-%20A%20Conceptual%20History%20(Jim%20Farr%202004).pdf). Acesso em: 22 mar. 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. (2004, 2005, 2006), *Resumo Estatístico RS – COREDES*. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php. Acesso em: 4 jun. 2009.
- FRANKEN, Ieda. (2007), *Qualidade de vida no contexto dos serviços públicos: um estudo das representações sociais com profissionais de saúde*. Trabalho apresentado na V Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais, Brasília.
- FUKUYAMA, Francis. (1996), *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco.
- HELLIWELL, John F. (2007), "Well-Being and Social Capital: Does Suicide Pose a Puzzle?" *Social Indicators Research*, vol. 81:455-496. Working Paper, Vancouver. Disponível em:

- <http://wellbeing.econ.ubc.ca/helliwell/chronological.php> . Acesso em: 11 ago. 2009.
- HELLIWELL, John F., PUTNAM Robert. (2004), “The social context of well-being”, *Philosophical transactions of the royal society*. Research paper, Vancouver, vol. 29:1435-1446, Disponível em: <http://www.pubmedcentral.nih.gov/picrender.fcgi?artid=1693420&blobtype=pdf> . Acesso em: 11 abr. 2009.
- HERCULANO, Selene C. (2000), “A qualidade de vida e seus indicadores”, in HERCULANO, S. (org.), *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Niterói: Eduff.
- HIGGINS, Silvio. (2005), *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Argos Editora Universitária.
- INGLEHART, Ronald, WELZEL, Christian (2003), “Political Culture and Democracy: Analyzing Crosslevel linkages”, *European Journal of Political Research*, no. 42.
- LIPSET, Seymour M., SEONG, Kyoung-Ryung, TORRES, Charles. (1993), “A Comparative Analysis of Social Requisites of Democracy”, *International Social Science Journal*. vol.45, no. 2:155-176.
- MARQUES, Renato. F. (2007), “Influência da tecnologia sobre a prática cotidiana de atividade física”, in VILARTA, R. GUTIERREZ, G., CARVALHO, T., GONÇALVES, A. (org.), *Qualidade de vida e novas tecnologias*. IPES Editorial.
- MAYRAZ, Guy, WAGNER, Gert, SCHUPP, Jürgen. (2009), “Life satisfaction and relative income: perceptions and evidence”, *Discussion Paper Series*, Berlin.
- MILANI, Carlos. (2004), “Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas Bahia, Brasil”, *Organizações e Sociedade*, Salvador, vol. 11:95-113.
- NUPELAL, Núcleo de pesquisa sobre America Latina. (2005-2006), *Bancos de dados de pesquisas sobre capital social e qualidade de vida*. Porto Alegre, UFRGS.
- NUSSBAUM, Martha, SEN, Amartya. (1988), *The quality of life*. United Kingdom, Oxford.
- OSTROM, Elinor. (1999), “Social capital: a fad or a fundamental concept?” in DASGUPTA, P. SERAGELDIN, I. (org.), *Social capital: a Multifaceted perspective*. Washington, D.C.: World Bank.
- PUTNAM, Robert. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- PUTNAM, Robert. (1993), *Comunidade e democracia: a experiência da*

- Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- PUTNAM, Robert, HELLIWELL, John (1999), “Economic Growth and Social Capital in Italy”, in: DASGUPTA, P., SERAGELDIN, I. (org.) *Social Capital: A Multi-Faceted Perspective*, Washington, World Bank.
- SCHWARTZMAN, Simon. (1993), “Repensando o desenvolvimento: educação, ciência, tecnologia”, *Seminário desenvolvimento e a política de desenvolvimento*, São Paulo, IDESP. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos/repensando-desenvolvimento-educacao/repensando-desenvolvimento-educacao2.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2009.
- SEIDL, Eliane Maria F., ZANNON, Célia Maria L. (2004), Qualidade de vida e saúde: aspectos metodológicos e conceituais. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 20, no. 2: 580-589.
- STIGLITZ, Joseph. (1999), “Formal and informal institutions”, in DASGUPTA, P., SERAGELDIN, I. (orgs.), *Social Capital, A Multifaceted Perspective*. Washington D.C., World Bank.
- VEENHOVEN, Ruut. (2008), *How universal is happiness? International differences in well being*. Princeton University.
- WHOQOL. World Health Organization quality of life. (1998), *Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida. Organização Mundial de Saúde divisão de saúde mental grupo WHOQOL*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol-publicacoes.html>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- WOOLCOCK, Michael (2001), “The Place of Social capital in Understanding Social and Economic Outcomes”, *Canadian Journal of Policy Research/Revue canadienne de recherche sur les politiques*. Ottawa, vol. 2, no. 1. 2001. Disponível em: <http://homepages.wmich.edu/~jbiles/woolcock.pdf> . Acessado em: 21/06/2009. Acesso em 22 abril 2009.

APÊNDICE A – ANÁLISE FATORIAL

As tabelas a seguir apresentam os resultados das análises fatoriais realizadas com os dados de confiança interpessoal e de bem estar das pessoas na localidade estudada.

Metropolitano		
Rotated Component Matrix ^a		
	Component	
	1	2
26.l. Família	,825	-,175
26.m. Vizinhos	,783	,242
25. Se pode confiar nas pessoas	,50E-02	,971

Extraction Method: Principal Component Analysis
Rotation Method: Varimax with Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy = .500
a. Rotation converged in 3 iterations.

Em relação à confiança interpessoal, embora o resultado, optou-se por considerar todas as variáveis como pertencentes a uma única dimensão devido a razões. A primeira, com base na teoria do capital social, que define as três variáveis utilizadas dentro da mesma dimensão de confiança interpessoal e a segunda, por sua vez, com o propósito de dar continuidade ao trabalho sem que esse perdesse sua capacidade de análise. Em síntese, os resultados corroboram para a construção dos índices de confiança interpessoal e bem estar das pessoas.

APÊNDICE B- CONSTRUÇÃO DO CÁLCULO DE EFEITOS TOTAIS

O cálculo de efeitos totais foi realizado com base na estrutura utilizada por Bryman e Cramer (2004, p. 317)¹⁹ cujo resultado do efeito total considera tanto o valor do caminho direto entre as variáveis exógenas como os efeitos das variáveis intervenientes, pertencentes aos caminhos indiretos, sobre a dependente. Os próximos quadros descrevem a forma como foi calculado o efeito total para cada trajeto percorrido.

¹⁹ BRYMAN, Alan; CRAMER, Duncan. *Quantitative Data Analysis with SPSS 12 and 13*. Great Britain: Routledge, 2005. 336 p.

1. Confiança nos Políticos

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$-0.1 \times 0.211 \times 0.233$	-0.005	-0.08	-0.06
-0.1×0.157	-0.010		
0.075×0.233	0.007		
$0.07 \times 0.252 \times 0.233$	0.004		
0.07×0.214	0.014		
Total	0.020		

2. Confiança Interpessoal

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$0.231 \times 0.211 \times 0.233$	0.01	0.219	0.359
0.231×0.157	0.03		
0.228×0.233	0.05		
$0.192 \times 0.252 \times 0.233$	0.01		
0.192×0.214	0.04		
Total	0.140		

3. Confiança no Estado

Cálculo do caminho	Efeito parcial	Efeito indireto	Efeito total
$0.08 \times 0.211 \times 0.233$	0.004	0.138	0.182
0.08×0.157	0.012		
0.012×0.233	0.002		
$0.102 \times 0.252 \times 0.233$	0.005		
0.102×0.214	0.02		
Total	0.043		

ANEXO 1 - Indicadores utilizados

Conceito	Indicadores	Questão	Respostas
CAPITAL SOCIAL	Confiança interpessoal	Em termos gerais você diria que:	1-Se pode confiar nas pessoas 2- Não se pode confiar nas pessoas
		Em relação às instituições que vou ler (família e vizinhos), gostaria de saber se você confia:	1- Confia Muito 2- Confia pouco 3- Não confia
	Confiança Institucional	Em relação às instituições que vou ler (Governo Federal, Congresso Nacional, Assembléia Legislativa, Governo Estadual, Câmara Municipal, Governo Municipal), gostaria de saber se você confia:	1- Concorda 2- Concorda pouco 3- Não Concorda
		Opinião sobre as seguintes afirmações: Todos os políticos são corruptos; O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos;	1- Sim 2- Não
	Solidariedade	Se precisasse viajar por um ou dois dias você poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?	1- Sim 2- Não
		Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, você contribuiria?	
QUALIDADE DE VIDA	Participação, Ação coletiva e cooperação	Nos últimos anos você tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?	
		Atualmente participa de algum grupo ou organização?	
		Quanto ao/à Sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade?	Feliz/ Infeliz Satisfeito/ Insatisfeito Realizado/ Frustrado Confiante/ Inseguro

Fonte: Questionário da pesquisa sobre Capital Social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável (NUPESAL 2005).

ANEXO 2 - Efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida

<i>Variável causal</i>	<i>Efeito direto</i>		<i>Efeito da variável interveniente</i>	<i>Efeito total</i>
Confiança nas pessoas em geral	0,219	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,231	0,359
		Participação em algum grupo ou organização?	0,228	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,192	
Confiança nos políticos*	-0,080	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	-0,100	-0,06
		Participação em algum grupo ou organização?	0,075	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,070	
Confiança no Estado**	0,138	Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,080	0,182
		Participação em algum grupo ou organização?	0,120	
		Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,102	
Se um projeto não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas, você contribuiria?	0,157	Participação em algum grupo ou organização?	0,211	
Nos últimos anos, tentou resolver algum problema local com outras pessoas?	0,214	Participação em algum grupo ou organização?	0,252	
Participa de algum grupo ou organização?	0,233			

* Questão original: Todos os políticos são corruptos.

** Questão original: O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pela autora com base no dados fornecidos pelo NUPESAL/UFRGS.